

20  
anos



TODOS  
PELA  
EDUCAÇÃO

< EDUCAÇÃO JÁ >  
**ESTADOS**

# COMPROMISSOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NOS PLANOS DE GOVERNOS ESTADUAIS

Contribuições do Todos Pela Educação para as eleições 2026

# A educação no plano de governo das eleições estaduais

2

As eleições estaduais de 2026 acontecerão em um momento decisivo para a educação brasileira e, conseqüentemente, para o futuro dos próprios estados. Os governos estaduais têm assumido um papel cada vez mais central nas políticas educacionais, combinando a gestão de grandes redes de ensino com a função de articulação do regime de colaboração com os municípios.

Além de ser um direito fundamental de todas as crianças e jovens, a educação é uma das bases mais decisivas para o futuro dos estados e do país. Sistemas educacionais capazes de garantir aprendizagem com equidade produzem efeitos que vão muito além da escola: fortalecem a cidadania, reduzem a violência, melhoram indicadores de saúde, aumentam a produtividade e dinamizam economias locais.

Por mais que permaneçam grandes desafios, é possível dar o tão necessário salto na qualidade da Educação Básica no Brasil nos próximos anos. O papel dos próximos governos estaduais será fundamental para a concretização desse objetivo. A educação precisa, portanto, ocupar um espaço central nas campanhas das candidaturas, como uma agenda estratégica.

Nesse contexto, o plano de governo não pode se limitar a propostas genéricas ou objetivos amplos sem um caminho definido. Ele deve expressar compromissos claros e concretos com a melhoria da qualidade da educação no estado.

---

***O plano de governo é um espaço para que as candidaturas, mais do que apresentar propostas genéricas ou indicar objetivos amplos sem dizer como alcançá-los, firmem compromissos claros com políticas públicas que buscam a melhoria da qualidade da educação no estado.***

---



Com base nesse entendimento, este material reúne contribuições do Todos Pela Educação para apoiar equipes de candidaturas aos governos estaduais na elaboração da seção de Educação Básica dos planos de governo. Ele se organiza em duas partes principais:

➤ uma apresentação dos indicadores de qualidade educacional mais relevantes existentes, que precisam ser observados e destacados no plano de governo;

➤ 10 compromissos que podem orientar a elaboração do capítulo de Educação Básica dos planos de governo estaduais no ciclo 2027–2030, organizados a partir de três mensagens centrais.

Ao longo dos próximos meses, o Todos Pela Educação lançará novos materiais com diagnósticos contextualizados e recomendações de políticas públicas aprofundadas, voltados a apoiar as futuras gestões estaduais na definição e implementação de suas prioridades educacionais a partir de 2027.

# Quais indicadores devem ser observados na construção do plano de governo?

4

A elaboração do plano de governo deve partir de uma análise consistente da realidade educacional do estado e parte importante disso é compreender os principais indicadores educacionais disponíveis. Eles revelam desafios concretos: crianças que não aprendem a ler na idade certa, jovens que abandonam a escola por falta de perspectiva e territórios onde a dificuldade de acesso à educação de qualidade limita as oportunidades futuras dos estudantes.

Um diagnóstico consistente, baseado nos principais dados educacionais do estado, permite estruturar um plano de governo orientado à melhoria desses indicadores. Por isso, esta seção elenca indicadores de qualidade educacional existentes no Brasil em nível estadual que, na visão do Todos Pela Educação, são fundamentais para a elaboração do plano.

---

***Indicadores de acesso, trajetória e aprendizagem podem revelar desafios concretos no estado: crianças que não têm acesso à creche, jovens que abandonam a escola por falta de perspectiva ou que não aprendem ao longo da sua trajetória escolar.***

---

Os indicadores de qualidade são aqueles compostos pelas dimensões do acesso à escola, da trajetória do estudante ao longo da Educação Básica e, primordialmente, da aprendizagem na idade adequada. Eles podem ser analisados a partir dos contextos de cada uma das etapas de ensino: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Entende-se que, mesmo para as etapas em que não há oferta direta pelo estado, sendo de responsabilidade dos municípios, a gestão estadual deve atentar-se a elas e ter políticas específicas para apoiar sua melhoria. Afinal, crianças das redes municipais também fazem parte do sistema educacional do estado. Além disso, o que acontece nas primeiras etapas da Educação Básica impacta diretamente os resultados nos anos seguintes.

# LISTA DOS PRINCIPAIS INDICADORES PARA O PLANO DE GOVERNO

## Acesso à escola

Na dimensão de acesso, o principal indicador a ser observado é a taxa de atendimento em cada etapa, que expressa o percentual de crianças e jovens de determinada faixa etária que estão matriculados na escola. Portanto, é fundamental que se levante:

- Para a Educação Infantil, o percentual de crianças de 0 a 3 anos que estão matriculadas em Creches e o percentual de crianças de 4 e 5 anos que estão matriculadas na Pré-Escola;
- Para o Ensino Fundamental, o percentual de crianças de 6 a 14 anos que estão matriculadas na escola;
- Para o Ensino Médio, o percentual de jovens de 15 a 17 anos que estão matriculados na escola.

## Trajatória escolar

Em relação à trajetória escolar, há um conjunto de indicadores que permitem acompanhar o percurso dos estudantes ao longo da Educação Básica, como as taxas de aprovação e reprovação, os índices de abandono e evasão e a distorção idade-série (percentual de estudantes com dois anos ou mais de atraso em relação à série adequada para sua idade). Um indicador que resume desafios na trajetória escolar são as taxas de conclusão em cada etapa, que medem o percentual de jovens de uma determinada idade que já concluíram – ou não – a etapa esperada para sua faixa etária. Nesse sentido, sugere-se que sejam observados:

- O percentual de jovens de 16 anos que já concluíram o Ensino Fundamental;
- O percentual de jovens de 19 anos que já concluíram o Ensino Médio.



## Aprendizagem

No que se refere à aprendizagem, existem indicadores consolidados para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Não há, ainda, indicadores de qualidade da Educação Infantil. Entre os principais parâmetros a serem acompanhados estão:

- O percentual de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental (Indicador Criança Alfabetizada);
- O percentual de estudantes com aprendizagem adequada no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio;
- O percentual de estudantes em níveis críticos de aprendizagem (abaixo do básico) no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio.

Por fim, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o indicador de qualidade mais consolidado do país. Trata-se de uma medida sintética que combina resultados de trajetória e aprendizagem para atribuir uma nota, de 0 a 10, à qualidade da educação em cada etapa, rede de ensino e escola. A análise detalhada do Ideb das diferentes etapas, bem como de sua evolução ao longo do tempo, é fundamental para a construção de uma análise consistente da educação do estado.

---

***É necessário examinar como os indicadores se distribuem entre diferentes grupos e territórios, uma vez que persistem desigualdades históricas e estruturais.***

---

Além disso, é necessário examinar como os indicadores se distribuem entre diferentes grupos e territórios, uma vez que persistem desigualdades históricas e estruturais nessas três dimensões. Estudantes de menor nível socioeconômico, pretos e pardos, indígenas, quilombolas, moradores de áreas rurais e estudantes com deficiência seguem enfrentando maiores barreiras para acessar uma educação de qualidade. Incorporar este olhar no plano de governo é essencial para priorizar ações onde os desafios são mais intensos e reduzir desigualdades. Em resumo, promover qualidade na educação implica, necessariamente, avançar na equidade entre os estudantes.

O conhecimento desses indicadores é fundamental para a definição de compromissos no plano de governo que possam ser traduzidos em metas quantitativas ambiciosas e factíveis de serem alcançadas ao longo da gestão. Este material não estabelece metas específicas atreladas aos compromissos apresentados como sugestão na seção a seguir, considerando as diferenças de contexto entre os estados. No entanto, o Todos Pela Educação coloca-se à disposição para apoiar as candidaturas nesse processo, contribuindo para a contextualização dos dados e a definição de metas alinhadas à realidade de cada estado.

---

***O conhecimento desses indicadores é fundamental para a definição de compromissos no plano de governo que possam ser traduzidos em metas quantitativas ambiciosas e factíveis de serem alcançadas ao longo da gestão.***

---

Acesse os dados específicos do seu estado nos panoramas de dados do Todos Pela Educação



# Dez compromissos para a Educação Básica nos estados

8

O desafio de melhorar a qualidade da educação, especialmente a aprendizagem dos estudantes, é complexo. Com isso, as soluções precisam ser sistêmicas. Iniciativas isoladas e pontuais, por mais bem formuladas e implementadas que sejam, não serão capazes de garantir avanços consistentes. Nesse contexto, a gestão eleita precisará estruturar e implementar uma agenda composta por um conjunto articulado de políticas educacionais capaz de produzir melhorias duradouras na qualidade da educação, com grande ênfase para a melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades.

No entanto, reconhecer a necessidade de estruturação de uma agenda sistêmica não significa transformar o plano de governo em uma lista extensa de políticas ou promessas. O plano deve comunicar à sociedade as prioridades do mandato e firmar compromissos claros com a melhoria da educação no estado.

Nesse sentido, o Todos Pela Educação apresenta uma proposta de 10 compromissos, organizados a partir de três grandes mensagens, que podem servir como referencial para a construção da seção de Educação Básica de um plano de governo para as eleições estaduais de 2026. Esses compromissos podem ser entendidos como um ponto de partida, que deve ser adaptado e detalhado à luz das especificidades de cada estado, incorporando metas factíveis e ambiciosas e caminhos concretos para seu cumprimento. Eles são resumidos na tabela a seguir e detalhados na sequência.

---

***Esses compromissos não apenas funcionam como ponto de partida, mas também definem o legado que o governo pretende deixar. Na educação, são eles que moldam a marca do candidato, sinalizando prioridades, capacidade de entrega e o impacto duradouro que se pretende produzir na vida dos estudantes.***

---

## 3 MENSAGENS, 10 COMPROMISSOS

### As transformações na educação dependem, sobretudo, de pessoas

- 1 Escolha de Secretário(a) de Educação qualificado(a) e comprometido(a) com a aprendizagem para todos
- 2 Secretaria de Educação fortalecida para dar apoio efetivo às escolas e aos municípios
- 3 Garantia de gestão escolar selecionada por critérios técnicos, com liderança pedagógica e apoio contínuo
- 4 Valorização dos professores com carreira atrativa, condições adequadas de trabalho e formação estruturada

### Com estado e municípios trabalhando juntos, os avanços são mais rápidos

- 5 Educação Infantil com melhoria da qualidade e creche para quem mais precisa
- 6 Alfabetização na idade certa, em colaboração com os municípios
- 7 Anos Finais com mais qualidade, ampliando as escolas integrais e fortalecendo o regime de colaboração

### A hora de virar o jogo na última etapa da Educação Básica

- 8 Novo modelo de Ensino Médio consolidado, com currículo consistente para garantir qualidade
- 9 Expansão da EPT articulada ao Ensino Médio e às oportunidades de trabalho
- 10 Ensino Médio em tempo integral com expansão planejada e padrão de qualidade

# As transformações na educação dependem, sobretudo, de pessoas

Políticas bem formuladas, por si só, não garantem melhoria na aprendizagem. Os resultados dependem de como essas políticas são implementadas nas escolas. Como essa implementação ocorre por meio de profissionais – lideranças, equipes de apoio, gestores escolares e professores – as pessoas tornam-se o elemento central da política pública. Por isso, devem ser compreendidas como a “espinha dorsal” de um projeto que se propõe a transformar a qualidade da educação local.

Nesse contexto, cabe destacar o papel dos professores, que estão diariamente em interação direta com os estudantes e têm responsabilidade central na promoção da aprendizagem. Como é na sala de aula, na relação cotidiana entre professores e alunos, que esse processo se concretiza, todo o sistema educacional deve estar orientado a apoiar o trabalho docente.

Nesse sentido, apoiar o trabalho das escolas exige que todo o sistema educacional funcione de forma coordenada e coerente. Isso significa articular as diferentes partes da rede de ensino (as diferentes áreas dentro do órgão central da secretaria, órgãos regionais e escolas) para que interajam de forma constante, em uma lógica baseada no apoio e com um propósito comum: garantir a aprendizagem de todos os estudantes.

Para tanto, é essencial que funções-chave da rede de ensino (secretário(a) de educação, lideranças das secretarias e dos órgãos regionais) sejam ocupadas por pessoas com competências técnicas e políticas para a gestão educacional, legitimadas pela capacidade de mobilizar a rede e pelo compromisso com a aprendizagem de todos. Cabe também à liderança política assumir, desde a campanha, o compromisso de que esses cargos sejam ocupados com base em critérios de capacidade para a gestão educacional, e não apenas por razões político-partidárias.

A contribuição das pessoas na implementação das políticas educacionais depende de instrumentos adequados para a organização da rede, sendo fundamental contar com tecnologia para gestão educacional. Sistemas bem estruturados organizam processos centrais, como matrícula, alocação de professores e acompanhamento pedagógico, fortalecendo o aprendizado dos estudantes.

# QUAIS COMPROMISSOS PODEM SER FEITOS PARA QUE AS PESSOAS ESTEJAM, DE FATO, NO CENTRO DAS PROPOSTAS EDUCACIONAIS?

## **1 ESCOLHA DE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO QUALIFICADO(A) E COMPROMETIDO(A) COM A APRENDIZAGEM PARA TODOS**

Nomear o(a) Secretário(a) de Educação com forte capacidade de liderança e gestão, compromisso com a aprendizagem para todos e autonomia para formar uma equipe técnica, blindando a pasta da Educação de nomeações feitas por razões puramente político-partidárias.

## **2 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FORTALECIDA PARA DAR APOIO EFETIVO ÀS ESCOLAS E AOS MUNICÍPIOS**

Fortalecer a estrutura da Secretaria de Educação e de seus órgãos regionais, com lideranças selecionadas com base em critérios técnicos e alinhadas às prioridades da gestão, além de equipes qualificadas e com condições adequadas para apoiar, de forma efetiva, as escolas da rede estadual e os municípios.

## **3 GARANTIA DE GESTÃO ESCOLAR SELECIONADA POR CRITÉRIOS TÉCNICOS, COM LIDERANÇA PEDAGÓGICA E APOIO CONTÍNUO**

Assegurar que critérios técnicos sejam utilizados para selecionar as equipes gestoras das escolas, e que esses profissionais recebam formação e apoio contínuos, além de condições adequadas de trabalho para exercer a liderança pedagógica junto à comunidade escolar.

## **4 VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES COM CARREIRA ATRATIVA, CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E FORMAÇÃO ESTRUTURADA**

Valorizar os professores, garantindo que todas as escolas contem com docentes motivados, com remuneração adequada, boas condições de trabalho (preferencialmente atuando em apenas uma escola), apoio à saúde mental e suporte contínuo para o exercício profissional.

# Com estado e municípios trabalhando juntos, os avanços são mais rápidos

A responsabilidade de oferta da Educação Básica é compartilhada entre estados e municípios. Em média, os municípios concentram a oferta da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)<sup>1</sup>, enquanto os estados respondem majoritariamente pelo Ensino Médio. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), a distribuição de matrículas varia entre os territórios, podendo haver maior presença da rede estadual, da rede municipal ou uma divisão mais equilibrada entre ambas. Há casos em que essa etapa é quase integralmente municipal, como no Ceará e Maranhão, e outros em que as matrículas estão em sua grande maioria na rede estadual, como no Acre, Amapá, Paraná e Roraima. Nos demais estados há mais divisão, com ao menos 20% das matrículas dos Anos Finais nas redes municipais.

Mesmo com a divisão de responsabilidades, a atuação do governo estadual não pode se restringir apenas aos alunos da sua própria rede. Melhorar a educação exige que o estado assuma corresponsabilidade pela trajetória educacional dos estudantes em todo o território, independentemente da rede em que estejam matriculados. Ao apoiar os municípios, o governo estadual amplia seu alcance e impacta diretamente a vida de milhões de crianças e suas famílias em todo o território, gerando resultados concretos e percebidos pela população.

---

***Melhorar a educação exige que o governo estadual assuma corresponsabilidade pela trajetória educacional dos estudantes em todo o território, independentemente da rede em que estejam matriculados.***

---

<sup>1</sup>Um número significativo de estados ainda possui uma parcela relevante de matrículas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede estadual, em alguns casos superior a 30%. A depender do contexto local, a municipalização das matrículas pode ser uma estratégia importante para favorecer a especialização da oferta educacional.

Além disso, como a aprendizagem é um processo cumulativo, acompanhar e apoiar sua trajetória desde o início é fundamental. Os desafios não enfrentados nas etapas iniciais acabam chegando, inevitavelmente, às redes estaduais. Estudantes que não são alfabetizados na idade certa, por exemplo, passam a demandar intervenções mais complexas ao longo da trajetória escolar, exigindo mais recursos, maior esforço pedagógico e impactando diretamente os resultados educacionais da rede estadual. Ao apoiar os municípios desde o início da trajetória escolar, o estado não apenas evita a intensificação desses desafios no futuro, como também fortalece o desempenho da rede pública e a sustentabilidade dos resultados ao longo do tempo.

Diante desse contexto, a cooperação entre os entes é central. Muitos municípios enfrentam limitações de capacidade institucional para formular e implementar políticas educacionais, especialmente em um país em que grande parte deles é de pequeno porte. Nesse cenário, o apoio técnico e financeiro do estado às redes municipais é essencial, priorizando aquelas com maiores desafios educacionais e contextos socioeconômicos mais desafiadores.

---

***Os desafios não enfrentados nas etapas iniciais acabam chegando, inevitavelmente, às redes estaduais. Nesse cenário, o apoio técnico e financeiro do governo estadual às redes municipais é essencial.***

---

O regime de colaboração deve abranger uma ampla variedade de políticas, entre elas questões mais operacionais, como transporte e alimentação escolar. Essa organização, contudo, ganha especial relevância quando orientada por etapas ou ciclos da Educação Básica. O país já vem avançando nessa direção nos primeiros anos do Ensino Fundamental, em que todos os estados possuem hoje políticas de alfabetização em regime de colaboração com os municípios. Impulsionadas por uma política nacional inspirada na experiência exitosa do Ceará, essas iniciativas já vêm apresentando melhorias importantes nos indicadores de alfabetização das crianças. Essa lógica pode ser estendida a outras etapas.

Na Educação Infantil, por exemplo, o governo estadual pode apoiar os municípios tanto na expansão do atendimento, quanto na melhoria da qualidade da oferta. Já nos Anos Finais do Ensino Fundamental,

a forma de organização da oferta em cada território é um fator central para a definição das estratégias, sendo que, na maior parte das redes, o regime de colaboração desempenha um papel relevante. Nesse sentido, é fundamental fortalecer o apoio do estado aos municípios, sobretudo por meio do apoio para ampliar a qualidade da oferta.

## QUAIS COMPROMISSOS PODEM SER FEITOS PARA QUE ESTADO E MUNICÍPIOS TRABALHEM JUNTOS E OS AVANÇOS SEJAM MAIS RÁPIDOS?

### **5** EDUCAÇÃO INFANTIL COM MELHORIA DA QUALIDADE E CRECHE PARA QUEM MAIS PRECISA

Expandir o acesso à Educação Infantil com foco nas crianças mais vulneráveis, buscando atender 100% da demanda, e elevar a qualidade da oferta da etapa, garantindo melhores condições de desenvolvimento na primeira infância, a partir de uma política de sólido apoio aos municípios do estado.

### **6** ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, EM COLABORAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

Fortalecer a política estadual de alfabetização em regime de colaboração, com foco em garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas na idade certa, promovendo melhorias nas diferentes dimensões de apoio às redes municipais e incorporando a aprendizagem matemática nessas ações.

### **7** ANOS FINAIS COM MAIS QUALIDADE, AMPLIANDO AS ESCOLAS INTEGRAIS E FORTALECENDO O REGIME DE COLABORAÇÃO

Implementar uma estratégia para apoiar a melhoria dos Anos Finais do Ensino Fundamental no estado, com foco na ampliação de escolas integrais, buscando oferecer uma educação que faça sentido aos adolescentes, que promova seu engajamento e desenvolva suas aprendizagens.

# A hora de virar o jogo na última etapa da Educação Básica

O Ensino Médio é historicamente a etapa mais desafiadora da Educação Básica. É nesse momento que muitas das defasagens acumuladas ao longo da trajetória escolar se tornam mais evidentes, já que muitos estudantes chegam a essa etapa com lacunas importantes de aprendizagem. Embora muitas redes estaduais também tenham atuação relevante nos Anos Finais do Ensino Fundamental – etapa em que a oferta é, em geral, compartilhada com os municípios, como exposto na mensagem 2 – é no Ensino Médio que a responsabilidade é exclusiva dos governos estaduais.

Por se tratar da etapa final da Educação Básica, o Ensino Médio representa também a última oportunidade de promover o desenvolvimento integral dos jovens antes da entrada na vida adulta, seja no Ensino Superior ou no mundo do trabalho.

---

***O Ensino Médio representa a última oportunidade de promover o desenvolvimento integral dos jovens antes da entrada na vida adulta.***

---

Diante dos amplos desafios, o Ensino Médio brasileiro vem passando por um processo de reformas curriculares com o objetivo de repensar a organização da etapa. A reforma aprovada em 2017, cuja implementação começou nas redes em 2021, trouxe mudanças importantes, como maior flexibilização curricular, ampliação da carga horária e fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No entanto, problemas de formulação e de implementação identificados ao longo dos primeiros anos levaram à aprovação de ajustes na legislação em 2024.

Com essas mudanças, os estados encontram-se atualmente em processo de implementação do novo modelo de Ensino Médio. As novas regras deverão ser implementadas em sua totalidade já a partir de 2026. Nesse contexto, caberá às próximas gestões estaduais consolidar e aprimorar a implementação do novo modelo, promovendo os ajustes necessários a partir dos aprendizados gerados nos primeiros anos de aplicação da reforma.

Um dos principais avanços do novo modelo de Ensino Médio é que ele abre uma oportunidade relevante para a expansão da Educação Profissional e Tecnológica, nos itinerários formativos de formação técnica e profissional. Além disso, o aumento recente do financiamento para essas matrículas cria condições favoráveis para ampliar sua oferta. A expansão da EPT integrada ao Ensino Médio traz benefícios importantes: para os jovens, amplia as oportunidades de inserção qualificada no mundo do trabalho e torna a escola mais conectada aos seus projetos de vida; para os estados, pode impulsionar o desenvolvimento econômico local, especialmente quando articulada aos arranjos produtivos do território.

Outro vetor importante para qualificar a oferta do Ensino Médio é a expansão das escolas integrais, com uma proposta pedagógica voltada ao desenvolvimento pleno dos estudantes, tendo a ampliação da jornada como condição para viabilizá-la. Considera-se tempo integral a jornada de, no mínimo, 7 horas diárias, enquanto a grande maioria dos estudantes brasileiros permanece na escola 5 horas por dia no Ensino Médio. Diversas pesquisas mostram que o modelo de escolas integrais no Ensino Médio está associado a melhores resultados de aprendizagem, redução das taxas de abandono e evasão e maior acesso dos jovens ao ensino superior e ao mercado de trabalho.

---

***O modelo de escolas integrais no Ensino Médio está associado a melhores resultados de aprendizagem, redução das taxas de evasão e maior acesso dos jovens ao ensino superior e ao mercado de trabalho.***

---

A ampliação da carga horária, ainda que seja desafiadora do ponto de vista operacional e financeiro, deve ser uma prioridade absoluta para as redes estaduais e pode contribuir tanto para viabilizar a oferta de formação técnica com maior qualidade quanto para ampliar as oportunidades formativas dos estudantes, preservando sua possibilidade de escolha entre diferentes percursos. Vale mencionar que já há 4 estados brasileiros em que mais da metade dos estudantes de Ensino Médio estuda em jornada ampliada, demonstrando a viabilidade de um forte movimento de expansão. Além disso, a partir de 2026, há previsão constitucional de que 4% dos recursos do Fundeb de cada ente federativo deve ser destinado à ampliação das matrículas em tempo integral no estado.

A partir de diagnósticos das redes estaduais, as candidaturas podem elaborar propostas específicas tanto para a expansão da Educação Profissional e Tecnológica articulada ao Ensino Médio quanto para o avanço do Ensino Médio em tempo integral, considerando as necessidades locais, as desigualdades regionais e as demandas dos estudantes e do setor produtivo. Essa orientação contribui para uma expansão mais estratégica, equitativa e alinhada aos territórios, conferindo maior concretude e efetividade aos planos de governo.

## QUAIS COMPROMISSOS PODEM SER FEITOS PARA GARANTIR A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO?

### **8** NOVO MODELO DE ENSINO MÉDIO CONSOLIDADO, COM CURRÍCULO CONSISTENTE PARA GARANTIR QUALIDADE

Consolidar a implementação do novo modelo de Ensino Médio, buscando tornar a etapa mais atrativa para os jovens, assegurar a flexibilidade curricular, reduzir a evasão escolar e ampliar significativamente a aprendizagem dos estudantes.

### **9** EXPANSÃO DA EPT ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO E ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO

Expandir a oferta de Educação Profissional e Tecnológica articulada ao Ensino Médio, ampliando com qualidade as matrículas em cursos técnicos e fortalecendo a articulação da formação dos estudantes com as oportunidades de desenvolvimento econômico do território.

### **10** ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL COM EXPANSÃO PLANEJADA E PADRÃO DE QUALIDADE

Ampliar significativamente a oferta de matrículas de Ensino Médio em Escolas Integrais, como estratégia para viabilizar uma escola que faça mais sentido para os jovens, promovendo seu desenvolvimento integral e aprendizagens significativas.

# O compromisso com a aprendizagem dos estudantes começa na campanha

Avançar na educação exige muito trabalho e prioridade política, mas está longe de ser impossível: experiências recentes de alguns estados brasileiros mostram que é possível promover melhorias relevantes na aprendizagem ao longo de um mandato.<sup>2</sup> Esse compromisso se firma antes da posse, no momento em que se definem prioridades e se assumem compromissos públicos com a aprendizagem para todos. Este documento busca apoiar esse ponto de partida, oferecendo sugestões de caminhos para a construção de planos de governo com compromissos centrais para transformar a educação.

---

***Colocar a educação no centro das prioridades do plano de governo significa orientá-la como eixo estruturante da campanha, sinalizando compromisso concreto com o futuro do estado e com a melhoria das oportunidades para a população.***

---

<sup>2</sup> O Todos Pela Educação, a partir da iniciativa Educação Que Dá Certo, mapeia, sistematiza e dissemina boas experiências de políticas educacionais no país. Para casos estaduais, há documentos detalhados sobre alguns casos, que podem ser acessados em: <https://educacaoquedacerto.todospela-educacao.org.br/>.



